

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL TRANSPARENTE¹

Deusedith Brasil (*)

Durante os quase quatro meses de campanha restaram na disputa Duciomar e Priante. Quem se preocupou em acompanhar detidamente a campanha dos dois não teve dificuldades em diferenciar a proposta de um e da do outro. Ambos defenderam a continuação das obras em andamento da atual administração. As propostas, no fundo, não se diferenciavam. Focaram os principais problemas de Belém, mas de forma genérica. Tenho assim motivo para afirmar que o resultado da eleição decorreu mais da rejeição do candidato derrotado do que da preferência do candidato eleito. Se esta minha análise não pode ser provada cientificamente em razão de inexistir um trabalho de pesquisa ou mesmo outros indicadores sociológicos, urge a constatação, então, de que o eleitorado preferiu não mudar de gestor das obras que ambos prometeram concluir.

Terminada a eleição, o prefeito Ducionar, em entrevista, afirmou que dará prioridade ao setor da saúde. É relevante a sua manifestação. Saúde é direito do cidadão e dever do Estado. Entretanto, não pode desprezar a educação, porque não existe mais dúvida de que é a semente mais importante para desenvolvimento de qualquer cidade, bem como o sistema de transporte que está um verdadeiro caos. Para que a sociedade possa acompanhar o seu desempenho administrativo é necessário que estabeleça metas transparentes para educação, saúde e transporte. Por isso vou aqui indicar alguns dados que devem ser mostrados à sociedade. Uma auditoria de posição dos serviços públicos, especialmente saúde, educação e transporte, é indispensável para diagnosticar. A sociedade precisa saber (i) os indicadores de qualidade de vida assumidos; (ii) as mais importantes iniciativas exemplares de sustentabilidade urbana; (iii) o orçamento municipal para 2009; (iv) a exemplaridade de Belém para outras cidades brasileiras; (v) quantidade de toneladas de lixo recolhida por dia em Belém; (vi) a quantidade de gestantes atendidas mensalmente na atual gestão municipal; (vii) quantas crianças de 1 a 3 anos freqüentam creches; (viii) quantas crianças de 1 a 3 anos existem na capital fora de creches; (ix) quantas crianças de 4 a 6 anos existem em Belém e quantas nessa faixa-etária estão fora da escola; (x) quantas crianças não foram ainda identificadas (registradas); (xi) quantas crianças nasceram e não foram registradas; (xii) quantas crianças foram registradas por ação da atual gestão; (xiii) quantas crianças de até um ano de idade estão desnutridas; (xiv) quantas crianças desnutridas foram atendidas e como está sendo feito o respectivo acompanhamento; (xv) as gestantes são acompanhadas da concepção ao parto; (xvi) qual o tempo de espera para conseguir uma consulta no sistema de saúde sob a gestão municipal; (xvii) qual a taxa de mortalidade infantil no ano anterior ao início do atual gestão;

¹ Sobre o artigo:

Artigo publicado no jornal "O Liberal", na tiragem de 30.10.2008

O seu conteúdo é protegido pelas leis de direitos autorais

Publicado no site www.deusedithbrasil.adv.br

(xviii) qual a taxa de mortalidade infantil nos anos do atual governo; (xix) que programa foi realizado para educar o cidadão para manter a cidade limpa; (xx) há algum projeto para uso de papel reciclado.

Os gastos com publicidade, limitado a um por cento do orçamento anual, deverão ser usados para fornecer tais dados necessários para a sociedade acompanhar o desempenho da gestão, porque assim a publicidade teria caráter educativo, informativo e de orientação social.

Efetuada o diagnóstico, o Gestor da Comuna deveria estabelecer metas específicas para área de saúde, educação e transporte, metas estas que deveriam constar de mural em pontos estratégicos da cidade para conhecimento do povo. Os eleitores têm o dever-poder de fiscalizar a gestão, afinal o prefeito foi lá colocado pelo povo. Busca-se a inteira transparência da administração municipal.

Quero, por fim, que a nova gestão diga ao povo como andam as negociações entre o Ministério do Meio Ambiente e a Petrobrás, para adoção do combustível com menos enxofre e emissões de poluentes de 50 PPM (partes por milhão) a partir de janeiro, bem como que providências pretende adotar para reduzir a disparidade de renda em nossa capital, uma das maiores do mundo segundo a ONU. Vou esperar para conferir, mas peço, desde já, que faça uma audiência pública para discutir o orçamento municipal do ano de 2009.